

## A NATUREZA COMO RECURSO NATURAL: IMPLICAÇÕES DA CONSTRUÇÃO DE UM IDEÁRIO PREDATÓRIO

*NATURE AS A NATURAL RESOURCE: IMPLICATIONS OF THE CONSTRUCTION  
OF A PREDATORY IDEOLOGY*

*LA NATURALEZA COMO RECURSO NATURAL: IMPLICACIONES DE LA  
CONSTRUCCIÓN DE UNA IDEOLGÍA DEPREDADORA*

**Matheus Andrade Marques**

[marquesm93@hotmail.com](mailto:marquesm93@hotmail.com)

Universidade Federal do Ceará

**Lucas Henrique Pereira Pontes**

[lukponte97@gmail.com](mailto:lukponte97@gmail.com)

Universidade Estadual do Maranhão

**Patrícia Santos**

[patricipty@gmail.com](mailto:patricipty@gmail.com)

Universidade Federal de Uberlândia

### Conflitos de interesses, filiação institucional e responsabilidades

Os autores declaram não haver interesses conflitantes.

Afiliações Institucionais são informadas pelo(s) autor(es) e de inteira responsabilidade do(s) informante(s).

O(s) autor(es) é(são) responsável(is) por todo o conteúdo do artigo, incluindo todo tipo de ilustrações e dados.

Recebido em: fev./2023

Aceito em: jun./2024



## Resumo

Este manuscrito apresenta uma discussão a despeito da concepção de natureza, aspecto que sempre esteve presente no campo de interesses da Geografia. Porém, através de uma visão distinta do âmbito histórico e conceitual do meio natural, foi vislumbrado ao longo deste estudo a execução de uma discussão a despeito dos usos da natureza a partir de seu entendimento como mero recurso natural. Além disso, estão presentes no texto algumas reflexões a respeito das implicações do surgimento e disseminação desse ideário. Deste modo, são apresentadas concepções e relações primárias do homem com/na natureza, além do processo evolutivo que culminou no entendimento da natureza como recurso natural, atendendo dessa forma, a uma demanda relacionada aos interesses de práxis capitalistas. São elencados também alguns aspectos partícipes desse fenômeno, dentre esses, destaca-se o avanço da técnica, aspecto importante para a transformação do meio natural em objetos, que são concebidos como mercadorias. Nota-se que o alcance do meio técnico resulta na maior exploração da natureza, que pautada no discurso de recurso natural provoca diversos impactos socioambientais.

## Palavras-chave

Meio técnico. Capitalismo. Geografia.

## Abstract

This manuscript presents a discussion about the conception of nature, an aspect that has always been present in the field of Geography. However, through a different view of the historical and conceptual scope of the natural environment, it was envisioned throughout this study the execution of a discussion about the uses of nature from its understanding as a mere natural resource. In addition, some reflections on the implications of the emergence and dissemination of this ideology are present in the text. Thus, conceptions and primary relations of man with/in nature are presented, as well as the evolutionary process that culminated in the understanding of nature as a natural resource, thus meeting a demand related to the interests of capitalist praxis. Some aspects that are part of this phenomenon are also listed, among these, the advance of technology stands out, an important aspect for the transformation of the natural environment into objects, which are conceived as commodities. It is noted that the reach of the technical means results in greater exploitation of nature, which, based on the discourse of natural resources, causes various socio-environmental impacts.

## Keywords

Technical realm. Capitalism. Geography.

## Resumen

Este manuscrito presenta una discusión sobre la concepción de la naturaleza, un aspecto que siempre ha estado presente en el campo de la Geografía. Sin embargo, a través de una visión diferente del alcance histórico y conceptual del medio natural, se vislumbró a lo largo de este estudio la realización de una discusión sobre los usos de la naturaleza a partir de su comprensión como mero recurso natural. Además, el texto incluye algunas reflexiones sobre las implicaciones de la aparición y difusión de esta ideología. De este modo, se presentan las concepciones y relaciones primarias del hombre/la naturaleza, así como el proceso evolutivo que culminó en la comprensión de la naturaleza como recurso natural, satisfaciendo así una demanda relacionada con los intereses de la praxis capitalista. También se enumeran algunos aspectos que forman parte de este fenómeno, entre los que destaca el avance de la técnica, un aspecto importante para la transformación del entorno natural en objetos, que son concebidos como mercancías. Se observa que el alcance de los medios técnicos se traduce en una mayor explotación de la naturaleza, que guiada por el discurso del recurso natural provoca diversos impactos socioambientales.

## Palabras clave:

Medios técnicos. Capitalismo. Geografía.

## Introdução

**A**o longo de toda a história da humanidade, a natureza se mostra como elemento primordial para proporcionar condições adequadas de qualidade de vida para os mais variados tipos de sociedades. Ao longo de todo o processo evolutivo da sociedade, o meio natural sempre possuiu papel de grande relevância para os povos, seja nos aspectos culturais, sociais, políticos ou econômicos.

Contudo, observa-se também o surgimento de uma concepção proveniente, sobretudo, da sociedade ocidentalizada, em que a natureza é vista como sinônimo de recurso, ou seja, passível de ser apropriada, conferindo ao capitalismo diversos usos. Essa idealização se propaga através de alguns fatores, tais como avanços tecnológicos, urbanização, intensificação na produção industrial e agrícola.

Assim, o uso da natureza para a efetivação de uma série de finalidades impulsionadas pelos hábitos sociais contemporâneos faz emergir o conceito de recurso natural, que consiste no uso da natureza de forma exacerbada, a fim de atender e criar novas necessidades da sociedade, deste modo, transformando-a em elemento de grande valia para os anseios de determinados grupos sociais (DULLEY, 2004).

Barbosa (2006) declara que no âmbito acadêmico, a compreensão da natureza como recurso natural é propagada com maior intensidade durante as décadas de 1960 e início de 1970, período em que predominava na construção dos estudos geográficos a corrente de pensamento denominada Geografia Teórica-Quantitativa. O autor pondera que, em virtude de influências do regime capitalista baseado no desenvolvimento econômico e de um viés das ciências na época pautado na corrente positivista, favoreceram a difusão do entendimento da natureza como recurso natural. Tal compreensão foi propagada principalmente pelos estadunidenses por intermédio de práticas e discursos liberais. Deste modo, a exploração da natureza foi agravada à medida que inúmeros avanços tecnológicos surgiam, pois quanto maior a técnica, maior é a apropriação e exploração. Nesse contexto, destaca-se o papel exercido pela ciência geográfica: "a influência dos Estados Unidos foi otimizada na Geografia mediante ao novo paradigma de uma Geografia comprometida com a quantificação e com as tecnologias, sem uma postura crítica diante do mundo" (BARBOSA, 2006, p. 78).

Posteriormente, com a consolidação da Geografia Crítica e da Geografia Humanista, correntes de pensamento que se opunham aos moldes positivistas de pensar e construir pesquisas de cunho geográfico, algumas reflexões sobre a prática de uso da natureza como



recurso natural são realizadas de maneiras mais contundentes. Assim, debates sobre as consequências advindas do avanço do capitalismo e a intensificação do uso da natureza são colocadas em pauta por geógrafos críticos e humanistas.

As supracitadas correntes de pensamento da ciência geográfica romperam com as premissas da Geografia Teórica-Quantitativa, que se baseava em convicções positivistas e não abordava de forma aprofundada os impactos provenientes do uso exacerbado da natureza, além de tratá-la "como simples recursos disponíveis para o aperfeiçoamento econômico dos países" (BARBOSA, 2006, p. 78).

Como contraponto à referida tendência de uso predatório da natureza, Mendonça (2001, p. 127) revela que "os elementos da natureza não devem ser reduzidos somente a recursos, pois, antes de assim transformados, constituem-se em bens e elementos naturais que possuem dinâmica própria, independentemente de sua apropriação social". Portanto, com base na visão exposta pelo autor, compreende-se que comumente a natureza possui um dinamismo particular, e que uma vez alterado, resultará em implicações, sobretudo socioambientais.

Assim, destacamos que o intuito do presente estudo não é a execução de uma condenação do uso da natureza, uma vez que já fora apresentado que tal exercício é uma prática intrínseca da vida humana. O que está em voga são os abusos cometidos e pautados no discurso de que a natureza é um recurso natural, que levam à privação da mesma por grupos que se opõem, sobretudo, à exploração predatória da natureza em função do acúmulo de capital.

Portanto, objetiva-se ao longo desse texto a realização de uma discussão sobre a transformação do conceito de natureza em recurso natural, identificando os agentes responsáveis pela propagação do referido ideário, os beneficiados pela implementação dessa noção e os impactos provocados. Para êxito, fez-se uso de uma abordagem histórica-conceitual sobre as definições de natureza e recurso natural, a fim de aguçar um raciocínio sobre suas diferenciações e obter elementos teóricos suficientes para a efetivação de uma análise satisfatória referente às principais consequências da instauração da compreensão de natureza como recurso natural. O texto encontra-se estruturado posteriormente com mais três seções. Na segunda parte, é exposta uma discussão teórica com ênfase para as definições de conceitos de natureza e recursos naturais. Durante a terceira seção, refletimos sobre a difusão da compreensão de natureza como recurso e suas consequências, sobretudo as socioambientais. Posteriormente, tecemos algumas considerações sobre os resultados obtidos durante o exercício analítico de construção da pesquisa.

## Sobre os conceitos de natureza e recurso natural

Convém inicialmente ressaltar que as definições sobre natureza e recurso natural contidas ao longo dessa seção estão pautadas, principalmente, sobre o prisma das compreensões da Geografia. Portanto, não são desconsideradas contribuições de outros campos de estudos que também se debruçam nesse exercício de definir e refletir sobre os referidos conceitos. Trata-se apenas de uma opção metodológica, de uma perspectiva para a execução do presente debate.

Posto isso, é importante também elucidar que a natureza está posta como objeto de estudo da Geografia desde os primórdios dessa ciência. Destacam-se as contribuições de geógrafos como Humboldt e Ritter. Enquanto Humboldt propunha uma análise dos aspectos naturais da Terra, Ritter partia de uma perspectiva que levava em conta a evolução das sociedades com relação às condições naturais do meio em que viviam.

Estes estudiosos buscavam desenvolver um entendimento maior dos aspectos físico-naturais das paisagens e das relações da sociedade com a natureza. Convém ressaltar que os estudos dos autores foram construídos ao longo do século XIX, evidenciando, dessa forma, a relevância que possuía a natureza para o desenvolvimento de análises dos geógrafos desde aquele momento. Importante ressaltar que a ciência no século XIX é fortemente marcada por nomes como Comte e Darwin (MORAIS; MELO, 2013), com discussões pautadas principalmente em fundamentos da matemática e das ciências naturais, que buscavam compreender mesmo o ser humano nesses termos, entendendo o processo de separação deste com a natureza como "evolução", ou como conceituado por pensadores da época como Rousseau (1999), que anunciavam um ser humano evoluindo de um "estado de natureza" para um "estado de civilização". Tais prerrogativas tiveram fator determinante na justificativa da obra colonial, uma vez que garantiam "cientificamente" a superioridade de um povo sobre outro que estivesse em um "estágio inferior" e sobre a própria natureza. É o que explica Santos (2002) ao tratar especificamente sobre a Geografia.

Com o desenvolvimento da Geografia e sua institucionalização, chegou-se ao entendimento de que não apenas a caracterização das paisagens, ou seja, da natureza, seria o objeto de estudo central dessa disciplina, mas sim todo o espaço geográfico, passando o homem a ser um elemento integrante aos interesses desse campo do saber. Assim, a relação homem-natureza torna-se o centro dos estudos desenvolvidos pela ciência geográfica.

Destarte, para a Geografia, trata-se como natureza todos aqueles elementos primários contidos no espaço, àqueles já existentes anteriormente às ações transformadoras das sociedades, que converteram estes em outros objetos que viessem a suprir as suas mais diversas



necessidades. De modo geral, seria tudo aquilo que Milton Santos (2002) define como primeira natureza.

Santos (2002) destaca que a natureza perde o seu caráter de meio natural, na medida em que se transforma, ou melhor, que é transformada em recurso pelo homem. Ela adquire um aspecto social, ganha valor e torna-se mais um entre tantos produtos ou serviços.

O homem também vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar formas ou objetos culturais, artificiais, históricos. Essas formas históricas não são as mesmas através dos tempos; aqueles acréscimos dos tempos primitivos são diferentes dos atuais. [...] A natureza conhece um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultados da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada (SANTOS, 2008, p. 97).

Nesse sentido, o autor reitera que a partir de ações do homem é que a natureza passa a ter novos usos, formas, sentidos. Com o avanço da sociedade capitalista, a natureza passa a ser apropriada, tornando-se mero produto para a obtenção de lucro. Gonçalves (2006), ao tratar da apropriação da natureza, enfatiza que para a sociedade de maneira ampla, o conceito de natureza é apreendido como uma oposição ao conceito de cultura, sendo esta última representante de um "estágio superior" da sociedade, que domou e domesticou a primeira.

Para Springer (2010), a definição de natureza per se está condicionada ao período histórico vigente, assim como também ao recorte geográfico observado, e ao posicionamento filosófico vigente que orienta a direção do conhecimento científico em sua forma de interpretar a natureza. Em outras palavras, a compreensão de natureza e de recursos naturais parte inicialmente de onde, quando e de quem fala, das narrativas vigentes e suas contranarrativas.

A mencionada separação homem-natureza ou cultura-natureza é uma característica marcante e inerente ao pensamento da sociedade ocidental (RODRIGUES; RODRIGUES, 2014), consagrado na modernidade pelo positivismo e pelo determinismo na Geografia. A tomada da natureza como bem a ser explorado torna-se não só significante em elevar o humano além desta, mas em medir quão desenvolvida é determinada sociedade.

Vesentini (2020) declara que este quadro pode ser observado em trabalhos desenvolvidos por geógrafos ao longo da história da ciência. São inúmeras as diferenciações entre as pesquisas elaboradas, fator que contribui para a consolidação de uma dicotomia entre geógrafos físicos e humanos que perdura até os dias atuais.

Porém, como ponto convergente, o uso do espaço geográfico como objeto de investigação é um aspecto a ser destacado, ou seja, a natureza. Para Vesentini (2020), o que difere as duas vertentes da Geografia citadas são as opções metodológicas, bem como as formas



de abordar um determinado fenômeno. Por exemplo, um cenário onde o transbordamento de um rio resulta em uma inundação em uma comunidade ribeirinha pode ser discutido sob o prisma dos fatores causadores da enchente, também dimensionando os impactos desse fenômeno para a população ou até mesmo de forma conjunta.

No concernente ao uso da natureza, o exemplo supracitado poderia ser utilizado para a realização de um debate a despeito das ações antrópicas para com o rio, assim como também seria interessante abordar a ocupação de famílias nas proximidades desse ambiente. Porém, há de ser ponderado também as implicações advindas do estabelecimento do modelo de sociedade capitalista que se encontra vigente, onde a natureza é fonte de utilização para os mais diversos anseios.

A despeito dessa lógica, de Paula (2019, p. 2) aponta que "na modernidade, a natureza foi compreendida, seja pela cultura, política ou economia, como externa ao humano". Este entendimento colabora para a disseminação de uma concepção de que a natureza é um recurso a ser explorado, conforme as necessidades da sociedade.

Dentro da sociedade capitalista, a exploração da natureza é cada vez mais intensificada pela técnica, que a transforma em mercadoria e, num movimento dialético, acaba impedindo que outros grupos tenham acesso a ela. "A natureza no sistema capitalista passa a ser privada e não mais disponível para todos os homens, é, portanto, considerada apenas como possibilidade de transformação e obtenção de lucros para aqueles que a detêm" (BARBOSA, 2006, p. 81). Nos anos 2000, a Guerra da Água, como ficou conhecida as manifestações contra a privatização da água em Cochabamba, na Bolívia, foi um retrato dos desdobramentos da exploração da natureza para a obtenção de lucros. A cidade de Cochabamba, situada em uma região de clima semiárido, foi povoada por etnias ligadas à cultura Inca, o que conferiu tradicionalmente a esses povos um uso da natureza ancorado em suas culturas.

[...] cada grupo populacional mantinha um território com terra e água para uso comum e a cada nova divisão territorial se levava em conta também a partilha destes recursos. O homem se via como parte da paisagem natural, neste sentido, suas atividades eram constituídas a partir dos mitos, cultos, cerimônias e divindades que explicavam e regiam esta relação orgânica entre homem e natureza. Muitos dos acontecimentos sociais destas etnias eram explicados e representados pelos fenômenos naturais (DRUMOND, 2015, p. 191).

Naturalmente, a população de Cochabamba possuía limitações quanto ao acesso à água. Ainda assim, a organização de diversos povos e o desenvolvimento de suas culturas foram construídos a partir de sua aproximação com a natureza. Além da limitação física, a má gestão das águas na cidade de Cochabamba restringia o acesso à água para a população de menor



renda. Essa situação, que passou a ser transformada e agravada com a privatização, concedeu o Serviço Municipal de Água Potável e Esgoto de Cochabamba – SEMAPA, que era público, ao Consorcio Aguas del Tunari, uma empresa privada que fixou tarifas baseadas em dólar. Até mesmo a população que tinha poços particulares deveria pagar pelo serviço.

A privatização da água em Cochabamba mostra as diferentes formas de incorporação de riquezas, nas quais a acumulação não ocorre apenas pela exploração da mais-valia, mas por espoliação (HARVEY, 2004). A acumulação por espoliação inclui diversos processos e mecanismos que favorecem a geração de capital, como a conversão da natureza em recurso, que nega o acesso da mesma àqueles que não podem pagar pelo seu uso.

Para Santos (2008), este fenômeno está condicionado aos moldes do sistema capitalista, que se consolida principalmente na segunda metade do século XX. Porém, enfatizar apenas o sistema como agente responsável não é o bastante. Faz-se necessária a execução de uma análise minuciosa, buscando evidenciar elementos que explicam de forma concreta essa alternância de concepção e, conseqüentemente, de uso do meio natural.

Deste modo, o autor aponta o aspecto da técnica que, durante o mesmo período temporal de desenvolvimento do sistema capitalista de produção, também teve seus procedimentos modificados. A indústria é uma exemplificação desse panorama, tendo nos seus meios de produção um expoente de novas práticas de se produzir. Neste caso, possui ênfase a produção em massa, fator que viabilizou um crescimento no número de produtos fabricados, mas implica também em maior utilização da natureza.

Ao considerarmos as devidas ponderações feitas acerca dos conceitos aqui caracterizados, devemos questionar: A apropriação da natureza na forma de recursos naturais se baseia de fato em suprir as necessidades da sociedade como um todo? Como estão ancorados os caminhos de exploração da natureza em nossa sociedade e a quem estes servem? São alguns questionamentos que buscaremos elucidar a seguir.

## **O uso predatório da natureza através do discurso de recurso natural**

Como já explicitado ao longo do texto, os mais variados tipos de usos da natureza por parte do ser humano expressam determinadas configurações socioespaciais, entre as quais, baseado no sistema de produção capitalista, coloca a natureza como recurso. O supracitado ideário se justifica em razão da expansão de um modelo de uso predatório da natureza, que possui a acumulação de capital como propósito central (MELO; BRANDÃO; LIMA, 2018).



Como consequências dessa prática, temos aumento e aceleração nos processos de degradação ambiental, além de uma tendência de financeirização da natureza (FRANÇA, 2020). Conforme Silva e Santos (2021), essa prática de uso e entendimento da natureza com esse viés, relacionada aos interesses de grupos sociais, expressa o ideário de que o natural foi transformado em mais um, entre tantos outros produtos existentes no mundo contemporâneo. Embora existam distintas dinâmicas de usos e transformações, a acepção do meio natural como recurso trata-se da constatação de uma faceta da sociedade, sobretudo a atual, na qual os interesses econômicos predominam.

Gonçalves (2006, p. 75) é enfático nesse aspecto ao recusar a generalização de que o ser humano, enquanto categoria, está destruindo a natureza, mas sim "o homem sob determinadas formas de organização social, no seio de uma cultura". Tal acepção encontra sintonia com o que foi discutido no tópico anterior acerca de como diversas áreas do conhecimento científico concebiam a natureza e assim justificavam sua exploração. Entretanto, principalmente nos países que sofreram o processo de colonização, essa mentalidade persiste, ainda que repaginada pela era do capitalismo global.

Suertegaray (2015) expõe essa questão ao trazer à tona o conceito de colonialidade, discutido por autores como Alimonda (2009) e Escobar (2009), que consiste na perpetuação do processo colonial na América Latina acerca da exploração massiva da natureza, e como as relações com grandes corporações internacionais hoje são a continuidade desse processo colonial, agora sob nova forma e novas estratégias.

Para Melo, Brandão e Lima (2018), a exemplificação desse modelo pode ser apreendida através de algumas atividades desenvolvidas pela sociedade moderna, como o agronegócio. A referida atividade faz uso de grande parte do território brasileiro, através do uso de intensa tecnologia, transgênicos e agrotóxicos, transformando paisagens naturais em prol de uma agricultura ancorada na produção de commodities.

A supracitada prática instaura nos territórios novas dinâmicas de uso e ocupação e também expressa a preponderância dos interesses econômicos sobre os socioambientais. A respeito do agronegócio, Cavalcante (2020, p. 23) ressalta:

Observa-se na contemporaneidade uma expansão acelerada do modelo produtivo do agronegócio no Brasil, representando o advento e a consolidação de um novo paradigma no campo, que passa a ser concebido sob os preceitos produtivos ditados pelo grande capital que visa necessariamente lucro a qualquer custo associado à exploração desenfreada da natureza e do trabalho. Isso resultou numa intensa reestruturação tanto do espaço agrário brasileiro quanto dos tradicionais sistemas de produção da agricultura, que tiveram de se adaptar às novas exigências impostas pela economia de mercado globalizada e pela racionalidade capitalista cada vez mais onipresente no



campo, provocando inúmeros rebatimentos na organização socioespacial e econômica até então vigente e remodelando de maneira considerável, e por vezes irreversível, os usos do território.

A expansão do agronegócio não corresponde apenas a um risco para a paisagem, mas também para aqueles envolvidos diretamente com os territórios utilizados. O agronegócio, expressão do modelo da agricultura capitalista, à medida que avança sobre novos territórios, desterritorializa comunidades tradicionais e camponeses, privando-os não apenas do acesso à terra, mas também de sua cultura, modos de vida e de produção.

A produção capitalista precisa buscar formas de maximizar seus ganhos e encontra no Brasil um cenário político fértil para atender esses interesses. O Projeto de Lei nº 6299/02, popularmente conhecido como "PL do veneno", que flexibiliza as regras de utilização de agrotóxicos (ELIAS, 2021), foi aprovado pela Câmara dos Deputados com caráter de urgência. No país, foram liberados 1.629 tipos distintos de agrotóxicos nos últimos quatro anos, que, para além dos impactos ambientais, causam riscos à saúde humana.

Fazendo uso de outra atividade que exemplifica tal realidade, temos a mineração, que assim como o agronegócio, se apropria da natureza, transformando-a em recurso e gerando impactos socioambientais. Historicamente, a mineração é uma prática voltada para a identificação de elementos presentes na natureza que chamamos de "recursos minerais". Nota-se que o hábito de entender esses materiais como recursos transmite a concepção de que os mais diversos tipos de rochas e minerais se tornam elementos para a acumulação de capital.

Segundo o Informe de Produção Mineral – IPM, o primeiro trimestre do ano de 2021 registrou o valor de 68,7 bilhões de reais provenientes da comercialização de minérios, um valor 95,7% maior do que o registrado no mesmo período no ano anterior. Números estes que, isolados das demais variáveis que compõem o espaço geográfico brasileiro, poderiam significar uma tendência e um saldo estritamente positivo para a economia nacional.

Assim, ao confrontarmos a atividade mineradora em seu atual estágio de produção com a realidade empírica do Brasil, é possível constatar que os valores econômicos obtidos pela atividade são irrisórios em relação aos valores da vida e cultura que foram perdidos com dois dos maiores crimes ambientais de sua história.

Em um intervalo de apenas quatro anos, os municípios de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), no estado de Minas Gerais, ambos frutos da exploração predatória de recursos da crosta terrestre (FREITAS *et al.*, 2019), foram devastados social e ambientalmente com o rompimento das barragens de rejeitos do Fundão e córrego do Feijão.

Os dois referidos crimes ambientais levaram cerca de 289 vidas, deixaram centenas de pessoas com o abastecimento de água comprometido, além de expulsarem os sobreviventes das



áreas atingidas pelos rejeitos. A exploração predatória da natureza resulta não apenas numa privação da natureza, mas também de sua cultura e modos de vida. A população que vivia de atividades dependentes da bacia do rio Paraopeba em Brumadinho teve que buscar outras formas de trabalho. Entretanto, mesmo com os crimes recentes relacionados à atividade mineradora, o futuro desenhado não demonstra grandes aprendizados. O Projeto de Lei 191/20, que viabiliza a mineração e construção de hidrelétricas em terras indígenas, está em trâmite de aprovação na Câmara dos Deputados. Para Souza e Varão (2020), o PL não implica apenas a abertura de enormes minas, mas também pressupõe a utilização de diversos produtos tóxicos durante a exploração, causando a contaminação de solos e águas superficiais. Colocar este projeto em prática não impacta apenas a natureza, mas também a vida dos povos indígenas, que desde a invasão europeia no Brasil são desterritorializados.

A natureza, para os povos indígenas, não é passível de se tornar um recurso, pois sua relação não está ligada à obtenção de lucro. Seu uso é pautado em uma relação de respeito, fruto de sua cultura e modo de vida dependentes dos elementos da natureza. De acordo com o MapBiomas, um observatório do clima multi-institucional no qual participam diversas universidades, entre 1990 e 2020, as terras indígenas perderam apenas 1% de sua vegetação nativa, enquanto as áreas privadas responderam por 20,6%.

A transformação da natureza em recurso não corresponde aos interesses da população em geral, bem como não se coloca como homoganeamente acessível. A ideologia dominante, a serviço do capital em determinado recorte geográfico, se encarrega de direcionar o caminho das ações a serem tomadas. No entanto, o espaço geográfico é heterodoxo, diverso, complexo e contraditório. O espaço urbano também se caracteriza como um ambiente produzido conforme a lógica citada de uso da natureza como recurso natural. Henrique (2011) argumenta que áreas naturais são alteradas devido à expansão territorial de um modelo de cidade que visa atender às demandas das principais metrópoles brasileiras. O autor destaca o caso vivenciado por Salvador (BA), onde a urbanização é uma tendência consolidada.

Mas mesmo nesses casos, como o da capital baiana, a contradição ainda é um fenômeno latente. O discurso de uso da natureza como recurso para expandir o processo de urbanização na cidade não ocorre de forma uniforme. Percebe-se a predominância de espaços luminosos, ao passo que também existem os opacos (SANTOS, 2002), fenômeno comum nos principais centros urbanos nacionais.

Conforme Santos (2002), trata-se de uma diferenciação socioespacial na qual apenas determinadas regiões da urbe concentram os principais investimentos de capital privado e/ou público, serviços e meios técnicos. Em contrapartida, os espaços opacos são caracterizados pela oposição aos luminosos e não usufruem das mesmas estruturas e demais benesses desses



(HENRIQUE, 2011). Portanto, a contradição está presente na constituição dos espaços urbanos, que são produzidos com base em discursos desenvolvimentistas, mas se mostram desiguais. Têm em suas composições as elites econômicas usufruindo dos espaços luminosos e as camadas sociais populares tendo que ocupar os espaços opacos. Assim, apreende-se que o uso da natureza exprime uma predominância de interesses dos grupos de maior poderio econômico em detrimento dos menos abastados.

Diante do cenário apresentado, acredita-se que os referidos usos da natureza com base no ideário de recurso natural corroboram com aquilo que expressa Venturi (2006), que compreende que, em função de uma determinada demanda social, a natureza é usada com base em suas características naturais. Isso permite uma diversificação desses usos, tendo em alguns casos usos diretos e/ou indiretos.

O próprio relevo, como um aspecto da paisagem, poderia ser considerado um recurso natural imaterial de aproveitamento indireto. É o caso, por exemplo, do agronegócio em torno do cultivo de soja. Nesse contexto, o aproveitamento direto do solo como recurso natural é viabilizado pelo modelado de relevo aplanado que permite a utilização de maquinário pesado. O relevo, então, estaria sendo indiretamente apropriado. Da mesma forma como as planícies, por sua dinâmica que envolve sedimentação e concentração de umidade, favorecem o desenvolvimento de determinadas culturas, como a do arroz. Poderíamos ainda referir-nos aos represamentos em que a água constitui o recurso natural diretamente apropriado, mas cujo aproveitamento está fortemente condicionado às características do relevo (VENTURI, 2006, p.10).

Para Bispo (2012), este processo de usos e transformações executadas pela sociedade no espaço geográfico é um fenômeno habitual. Porém, foi potencializado a partir das revoluções industriais e se acentuou no final do século XX e início do XXI. Tal cenário é fruto da globalização, que propiciou a expansão do sistema capitalista pelo mundo. Nesse contexto, tal prática explica o estágio atual, onde o uso acelerado da natureza ao longo dos anos implica em inúmeras problemáticas socioambientais. É a partir de tal contexto que emerge na Geografia e também em outros campos do saber o discurso a respeito da necessidade de preservação e educação ambiental, objetivando maior reflexão a despeito dos usos e consequências da sociedade para com a natureza (BISPO, 2012). Entretanto, faz-se necessário destacar que a busca por discursos que orientem a humanidade a uma nova relação com a natureza não é suficiente em si mesmo. Pelo contrário, já não é raro observar entre conglomerados industriais baseados na exploração massiva do meio natural o desenvolvimento paralelo de projetos de "reparação" de danos ou mesmo de pura propaganda.

Outro exemplo que ganhou força nas últimas décadas foi a ascensão do discurso da sustentabilidade, baseado na substituição de técnicas antepassadas e mais degradantes por



implementos modernos e que atendem uma demanda ecológica. Mas mais uma vez, excluem a sociabilidade humana da natureza. É o caso observado na comunidade pesqueira Água Riquinha, em Paulino Neves – MA, em que a implementação de um parque eólico, que deveria representar um avanço para a geração de energia limpa, acabou por transformar toda a relação que aquela comunidade mantinha com o território. Impondo restrições aos corpos hídricos e mesmo alterando a dinâmica destes (LIMA *et al.*, 2022).

Este cenário foi vivenciado também por comunidades do município de Altamira – PA, em virtude da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, que culminou na alteração da dinâmica de ocupação da população ribeirinha, que faz uso do rio Xingu. Com o surgimento da hidrelétrica, essa população passou a ter que compartilhar o uso do rio, que agora, além de contribuir para a execução de um modo de vida pautado no extrativismo, também se tornou uma fonte para geração de energia elétrica (FREIRE, 2014). Ainda sobre as consequências da instalação da usina Belo Monte, Freire (2014) declara que o crescimento de um fluxo migratório é uma marca dessa região em virtude das oportunidades de trabalho. Assim, a urbanização, uso e ocupação descontrolados do solo e ausência de estrutura adequada para atender a nova demanda caracterizam a área ao entorno da usina. Deste modo, a vida de comunidades tradicionais que já residiam no local também é afetada, implicando em maior exploração da natureza, seja no âmbito do desmatamento e/ou na poluição das águas da rede hídrica.

Outra exemplificação são as propagandas do agronegócio difundidas pelas mídias hegemônicas, como o lema "*Agro é Tech, o Agro é Pop, o Agro é Tudo*", que mascaram o lado perverso da exploração da agricultura capitalista. Além disso, as ações por meio de programas de educação ambiental desenvolvidos pelas empresas responsáveis pelos crimes socioambientais em Mariana e Brumadinho fazem esquecer parte da história que jamais será esquecida pelos grupos atingidos.

O uso da natureza como recurso natural revela a contradição presente no espaço geográfico. Krenak (2019, p.32) declara que "quando, por vezes, me falam em imaginar outro mundo possível, é no sentido de reordenamento das relações e dos espaços, de novos entendimentos sobre como podemos nos relacionar com aquilo que se admite ser a natureza, como se a gente não fosse natureza". Vesentini (2020) ressalta que a difusão de concepções como a de natureza como recurso natural colabora para a consolidação de um entendimento de que a sociedade está à parte da natureza.

Essa visão não corresponde à realidade, uma vez que a sociedade é um aspecto inerente ao meio natural, parte integrante. Deste modo, o que está em voga não é uma discussão a respeito da integração social à natureza ou não. Neste aspecto, compreende-se que tal debate é obsoleto. O que de fato interessa, sobretudo à Geografia como campo científico, são as relações



existentes. É necessário repensar a relação entre o homem e a natureza. O debate não pode se limitar apenas a um exercício retórico de fácil apropriação e compensação. Entretanto, percebe-se que, em razão da consolidação e difusão deste ideário de uso predatório da natureza, o cenário, do ponto de vista do meio natural e das comunidades tradicionais principalmente, torna-se cada vez mais preocupante.

## Considerações finais

Com base no cenário identificado ao longo do processo construtivo deste trabalho, constatou-se que o surgimento e propagação do ideário de natureza como recurso natural serviu como ferramenta auxiliadora para a execução de práticas predatórias de uso de ambientes naturais por parte, sobretudo, de grupos hegemônicos atuantes através de empresas de capital privado. Tal prática colabora para a difusão de um ideário que concebe a natureza como uma mercadoria, que pode ser utilizada e/ou comercializada de acordo com as necessidades da sociedade. Porém, a utilização do meio natural não se restringe ao cumprimento de uma demanda essencial para a população mundial; seus usos se tornam mais abrangentes e englobam o aspecto financeiro, sobre o papel do acúmulo de capital. Assim, a natureza é transformada em uma importante ferramenta para a manutenção de grupos hegemônicos.

Nesse contexto, há de se considerar como agentes participantes de tal processo as empresas do agronegócio, de mineração, dentre outras, que no estágio atual de financeirização da economia exercem uso dos mais variados tipos de territórios, desterritorializando populações tradicionais e camponesas, dando novos usos a estes conforme seus interesses.

O avanço da exploração da natureza aprofunda as desigualdades, pois os elementos transformados em mercadoria se tornam disponíveis para aqueles que eventualmente possuem condições financeiras de pagar por estes. Logo, a natureza como recurso natural se coloca no espaço geográfico de maneira contraditória, na qual, pautada no discurso de desenvolvimento das sociedades, exclui parte da população das benesses do dito desenvolvimento.

O Estado se coloca como facilitador da transformação da natureza em recurso, onde, pautado na ideologia neoliberal, se coloca a serviço de proteger os interesses de grupos hegemônicos, negligenciando as implicações provocadas pela exploração, que resulta na perda de vegetação nativa provocada pelo cultivo de monoculturas voltadas para exportação e da mineração.

Além da vegetação, essas práticas contribuem também para a poluição de bacias hidrográficas e da atmosfera. As populações tradicionais são outra esfera impactada por este



fenômeno, como bem expusemos durante este estudo, o surgimento de grandes projetos, pautados sob uma ótica desenvolvimentista, modifica a dinâmica socioespacial dos lugares. No tocante ao Brasil, temos exemplos que já foram citados, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a atuação de mineradoras é outra constante nos debates sobre essa frente.

Portanto, apreende-se que esta é uma cadeia produtiva que se caracteriza como predatória, uma vez que beneficia grupos sociais abastados no âmbito econômico e traz como resultados ambientais a degradação da natureza, que passa a ser financeirizada por estes agentes, em razão da obtenção de anseios.

Cabe à Geografia, mas não somente a essa ciência, uma análise crítica a respeito das consequências de tal processo, apresentando os desdobramentos provocados pelo uso exacerbado da natureza e os caminhos possíveis de uma relação de maior equidade entre natureza e sociedade.

Neste contexto, compreende-se como possibilidade futura de investigação a execução de um estudo de caso, a despeito de um quadro espacial e temporal específico, visando catalogar resultados que estão além do campo teórico, pois acredita-se que tal exercício forneceria contributos importantes ao debate.

Como apresentado ao longo do texto, não se trata apenas de uma forma distinta de denominar a natureza. A alcunha de recurso natural possui uma finalidade, atende determinados agentes econômicos e contribui para o agravamento de um histórico processo de degradação socioambiental que existe em território nacional.

## Referências

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Câmara aprova projeto que altera regras de registro de agrotóxicos**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/849479-camara-aprova-projeto-que-altera-regras-de-registro-de-agrotoxicos/>. Acesso em: 04 de abril de 2022.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Projeto do governo viabiliza exploração de minérios em terras indígenas**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/634893-projeto-do-governo-viabiliza-exploracao-de-minerios-em-terras-indigenas/>. Acesso em: 04 de abril de 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Informe Mineral 01TRI2021**. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe\\_mineral\\_01tri\\_2021.pdf](https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe_mineral_01tri_2021.pdf). Acesso em 06 de abril de 2022.

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana., 2009, p. 21. In: ALIMONDA, H. **La naturaleza colonizada economia política e mineria en America Latina**. Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección grupos de Trabajo. 2009.



- BARBOSA, T. A influência da geografia teórica-quantitativa na transformação teórica do conceito de natureza em recursos naturais nos livros didáticos de geografia do ensino fundamental. **Geografia em Atos (Online)**, v. 1, n. 6, p. 76-89, 2006.
- BISPO, M. O. A concepção de natureza na Geografia e a relação com a Educação Ambiental. **Revista Terceiro Incluído**, 2.1 p. 41-55, 2012.
- CAVALCANTE, L.V. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista Nera**, n. 53, p. 22-46, 2020.
- DE PAULA, C. Q. A Pesca artesanal na geografia brasileira: impactos/conflitos, ambientes/territórios. **Para Onde!?**, v. 12, n. 1, p. 01-08, 2019.
- DRUMOND, N. A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n.28, p.186-205, 2015.
- DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, 2004.
- ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **Geosp**, v. 25, n. 2, p. 1-19, 2021.
- ESCOBAR, A. Ecología Política de laglobalidad y la diferencia. 2009, p. 77. In: ALIMONDA, H. **La naturaleza colonizada economia política e mineria en America Latina**. Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección Grupos de Trabajo. 2009.
- FRANÇA, D. P. I. A financeirização da natureza e precarização do trabalho em Petrolina-PE-Vale do Rio São Francisco. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, p. 66-84, 2020.
- FREIRE, L. M. Impactos ambientais no rio Xingu diante da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará: subsídios para o planejamento ambiental. **Revista Geonorte**, v. 5, n. 23, p. 490-493, 2014.
- FREITAS, C. M.; BARCELLOS, C.; ASMUS, C. I. R. F.; SILVA, M. A.; XAVIER, D. R. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. 1-7, 2019.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. Editora Contexto, 2006.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HENRIQUE, W. Mercado imobiliário e mercantilização da natureza em salvador e região metropolitana. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 10, n. 21, p. 63-80, 2011.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LIMA, B.F.M.; BRUSTOLIN, C.; PEREIRA, H. H. de S.; TREMEMBÉ, R.; SANTOS, R. de J., D.; LIMA, R., F. **Nas águas da resistência encontramos nossas histórias**. São Luís: Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, 1º Ed, 2022.
- MAPBIOMAS. **Terras indígenas contribuem para a preservação das florestas**. Disponível em: <https://mapbiomas.org/terras-indigenas-contribuem-para-a-preservacao-das-florestas#:~:text=Nos%20C3%BAltimos%2030%20anos%2C%20as,milh%C3%A3o%20o%20correu%20nas%20terras%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em 18 de julho de 2022.
- MELO, M. P.; BRANDÃO, A. D.; LIMA, J. D. Relação entre sociedade e natureza e desdobramentos do agronegócio na contemporaneidade. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 12, n. 1, p. 36-49, 2018.



- MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, v. 1, n. 16, p. 113-132, 2001.
- RODRIGUES, J. C; RODRIGUES, J.C. Relação sociedade-natureza no pensamento geográfico: reflexões epistemológicas. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, V. 27 (2014), p. 211-232, 2014.
- MORAIS, L.G.B.L; MELO, J.A.B. Pensando a relação sociedade-natureza na Geografia: apontamentos para a Geografia socioambiental. **Caminhos de Geografia Uberlândia**, v. 14, n. 45, p. 22–29, 2013.
- SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Edusp, 6ª Ed, 2008.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.
- SILVA, I. A. S.; SANTOS, R. M. Abordagem conceitual da natureza: perspectivas teóricas e contextualização na geografia escolar. **GEOFRONTER**, v. 7, p. 1-24, 2021.
- SOUZA, M. S. R; VARÃO, L. L. M. Mineração em terras indígenas: a racionalidade econômica como razão do estado brasileiro. **Revista Direito em Debate**, v. 29, n. 54, p. 66-76, 2020.
- SPRINGER, K. S. A concepção de natureza na geografia (thenature'sconcept in geography). **Mercator**, v. 9, n. 18, p. 159-170, 2010.
- SUERTEGARAY, D.M.A. Geografia, ambiente e território. **Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE**, v. 17, n. 3, p. 128-144, 2015.
- VENTURI, L. A. B. Recurso natural: A construção de um conceito. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 20, p. 09-17, 2006.
- VESENTINI, J. W. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 5º Ed, 2020.